Posto avançado para ATHIS: metodologia e tecnologias sociais para habitação de interesse social

Outpost for ATHIS: methodology and social technologies for social housing

Ana Luiza de Castro Lopes[1], Bárbara Manhães de Souza Barros[2], Mariana Flavio Ribeiro[3], Paola Martins Pereira[4], Luciano Falcão da Silva[5]

[1] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Fluminense (IFF), castro.lopes@gsuite.iff.edu.br

[2] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Fluminense (IFF), barbara.barros@gsuite.iff.edu.br

[3] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Fluminense (IFF), mariana.ribeiro@gsuite.iff.edu.br

[4] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Instituto Federal Fluminense (IFF), paola.martins@gsuite.iff.edu.br

[5] Doutor em Engenharia Civil, Instituto Federal Fluminense (IFF), lfalcao@iff.edu.br

RESUMO

A arquitetura fundamenta-se em projetar ambientes que atendam satisfatoriamente às necessidades humanas, e é imprescindível que isto seja acessível à todos. Em consonância com a precaridade habitacional vigente na região Norte e Noroeste fluminense e a Lei Federal de Assistência Técnica n° 11.888/2008, o Estúdio Dignifica - Núcleo de Extensão do Instituto Federal Fluminense - proporciona às famílias de baixa renda, assessoria técnica e gratuita nas áreas de arquitetura e urbanismo desde 2021. Nesse contexto, foi aplicada a primeira fase do processo de implantação no Quilombo Deserto Feliz, em São Francisco de Itabapoana / RJ, com a elaboração de regimento interno e realização da visita técnica, que destacou as principais demandas da população e o planejamento das ações posteriores. Foi realizado o reconhecimento e levantamento inicial a partir do conhecimento local das condições habitacionais e territoriais, com o uso de tecnologias sociais e metodologias desenvolvidas pelo Estúdio Dignifica. Na visita, a população demandou a primeira intervenção: a melhoria no conforto térmico de uma estufa comunitária pré-existente. Este trabalho reforça a importância de abordagens sensíveis, funcionais e socialmente comprometidas, uma vez que o fazer arquitetônico é sobre pessoas, e a forma como habitam e vivem os espaços.

Palavras-chave: Assistência técnica. Arquitetura social. Habitação de Interesse Social. Comunidade quilombola.

ABSTRACT

Architecture is based on designing spaces that satisfactorily meet human needs, and it is essential that these spaces be accessible to everyone. In response to the housing crisis in the northern and northwestern regions of Rio de Janeiro state and in accordance with Federal Technical Assistance Law No. 11,888/2008, Estúdio Dignifica—an extension center of the Federal Institute of Rio de Janeiro—has been providing low-income families with free technical assistance in the fields of architecture and urban planning since 2021. In this context, the first phase of the implementation process was carried out in the Quilombo Deserto Feliz, in São Francisco de Itabapoana, Rio de Janeiro, involving the drafting of internal regulations and a technical visit, which identified the population's main needs and laid the groundwork for subsequent actions. An initial assessment and survey were conducted based on local knowledge of housing and territorial conditions, using social technologies and methodologies developed by Estúdio Dignifica. During the visit, the community requested the first intervention: improving the thermal comfort of a pre-existing community greenhouse. This work reinforces the importance of sensitive, functional, and socially committed approaches, since architectural practice is about people and the way they inhabit and experience spaces.

Keywords: Technical assistance. Social architecture. Social housing. Quilombola community.

Modalidade: Relato de Experiência

Submissão: 30 mai. 2026

Aceite: 22 jul. 2026

Publicação: 14 out. 2026

1. Introdução

O direito à moradia adequada constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano e social. Previsto no artigo 6° da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), esse direito foi reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Nações Unidas, 1948) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Nações Unidas, 1966), sendo considerado um direito humano universal. Contudo, a prerrogativa não é uma realidade em todo o território nacional, e tal carência de infraestrutura para a população compromete a saúde, a segurança hídrica e a permanência digna nos territórios, revelando assim, que o déficit habitacional e a inadequação de moradias são marcantes indicadores estruturais das desigualdades socioespaciais no Brasil.

Nesse contexto de lacuna social, o Estúdio Dignifica, Núcleo de Extensão do Instituto Federal Fluminense, proporciona assistência técnica para habitação de interesse social com estudantes e profissionais das Áreas de Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharia Civil, Ciências Sociais, Assistência Social e Psicologia; sistematizando, produzindo, e difundindo conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da ATHIS (Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social). Tais objetivos tornam-se vigentes por meio da aplicação da Lei Federal 11.888/2008 (Brasil, 2008), que garante à famílias de baixa renda o acesso público e gratuito ao trabalho técnico de profissionais especializados e prevê ainda, recursos financeiros através de repasses entre as esferas públicas e conselhos profissionais de arquitetura e urbanismo, conduzindo o papel do poder público como promotor de políticas para a manutenção da moradia digna para todos.

Este projeto de extensão visa aplicar, desenvolver e aprimorar metodologias adaptadas e tecnologias sociais aplicáveis à habitação de interesse social, com potencial de replicação em outras comunidades do município e da região, por meio de parcerias institucionais, públicas e privadas. O projeto, fomentado pelo Instituto Federal Fluminense, proposto e coordenado pelo Prof. Luciano Falcão, teve participação das bolsistas Mariana e Paola, e voluntárias Ana Luiza e Bárbara, na organização da visita, aplicação das tecnologias sociais, projeto e elaboração de documentos, conclusões e relatórios.

Além disso, objetiva fortalecer o debate sobre a formação acadêmica e a atuação profissional comprometida com a justiça social, a autonomia comunitária e a transformação socioespacial, promovendo melhorias não apenas nas unidades habitacionais, mas também no território e na qualidade de vida da população atendida.

Sob esse viés, em sua proposta original, as metodologias e tecnologias adquiridas ao longo do desenvolvimento das atividades de extensão propostas eram direcionadas à elaboração de um futuro posto físico de ATHIS no território da comunidade da Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes. A medida desejada revela-se significativa visto que um referencial físico de assistência técnica desempenharia o papel de

aproximação entre as demandas vigentes da população local e a solução destas adequada a cada realidade; proporcionando uma escuta ativa e frequente, a otimização de processos e um sentimento de segurança por parte da coletividade a ser assistida.

Entretanto, em resposta à solicitação formalizada pela Prefeitura de São Francisco de Itabapoana, estabeleceu-se o redirecionamento do escopo do projeto para a Comunidade Quilombola Deserto Feliz. Sendo assim, tal mudança concentrou o plano de trabalho e sua realização no atendimento das necessidades passadas pelos próprios moradores da região à equipe responsável, buscando contribuir e aprimorar a realidade espacial dos moradores e por conseguinte, sua qualidade de vida.

2. Desenvolvimento

Metodologia

2.1. Caracterização da Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e aplicada, com foco no atendimento de demandas habitacionais para comunidades em situação de vulnerabilidade social. Durante sua elaboração, foram feitas ações de revisão documental, elaboração de instrumentos éticos de atuação e levantamento de campo, visando à construção de uma metodologia de intervenção socialmente sensível às especificidades e demandas apresentadas pela comunidade.

2.2 Elaboração de Regimento Interno

Inicialmente, foram feitas pesquisas qualitativas a fim de estruturar os princípios norteadores a serem adotados durante as práticas do projeto. Esse embasamento ocorreu através de pesquisas em cartilhas disponibilizadas pelo Ministério das Cidades e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR). O regimento fundamenta-se em uma abordagem participativa, educativa e interdisciplinar, articulando a prática extensionista com a produção de conhecimento e mobilização comunitária. O atendimento é direcionado a famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade habitacional, sendo definidos critérios de prioridade em relação à renda, riscos habitacionais e ambientais e vulnerabilidade social, através de pontuação definida no regimento. Sua elaboração garantiu organização e padronização das abordagens técnicas a serem adotadas, nesta e em outras localidades para atendimento futuro pelo Estúdio Dignifica, reconhecendo a importância do profissionalismo e ética durante todos os processos, principalmente no que tange contato com a comunidade.

2.3 Redefinição da Área de Estudo

No decorrer do processo de pesquisa, a área de atuação foi redefinida. Inicialmente o foco das práticas seria a Comunidade da Margem da Linha, localizada em Campos dos Goytacazes, e área de

atuação de outros projetos de pesquisa e extensão do Núcleo de Extensão Estúdio Dignifica de Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). Mas, após manifestação formal da Prefeitura Municipal São Francisco de Itabapoana (PMSFI), o projeto foi redirecionado para a comunidade quilombola Deserto Feliz, localizada na área rural da cidade de São Francisco de Itabapoana. A mudança da área de atuação foi viável devido à conformidade da comunidade à proposta projeto, do apoio da administração municipal e pela situação de urgência social constatada pelo Estúdio Dignifica. Considerou-se a elevada vulnerabilidade social e habitacional identificada na comunidade, além da falta de infraestrutura urbana e de serviços essenciais. A área enfrenta atualmente um problema grave de abastecimento de água, com contaminação do lençol freático devido à falta de saneamento adequado. Além disso, a atuação também foi respaldada por um pedido da Defensoria Pública, o que reforçou a urgência da intervenção e a necessidade de assistência técnica na localidade.

3. Contextualização da Localidade

A comunidade quilombola Deserto Feliz está localizada no município de São Francisco de Itabapoana, na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O local tem características predominantemente rurais, como baixa densidade demográfica, ocupação territorial mais dispersa e forte presença de atividades agropecuárias. Segundo dados do IBGE (2022), o município tem densidade demográfica aproximada de 40,30 hab/km², um índice considerado baixo em comparação com os centros urbanos consolidados (Figura 1).

Há, no município, uma presença importante de comunidades rurais, assentamentos e territórios quilombolas. Essa configuração territorial contribui para dificuldades históricas na implantação e na universalização da infraestrutura urbana, como saneamento básico, drenagem, pavimentação e acesso a equipamentos públicos.

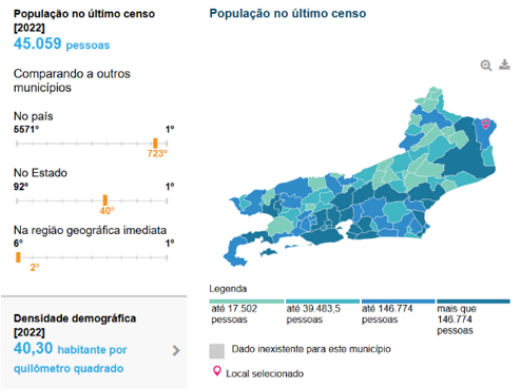


Figura 1: Informações do Censo Demográfico (Fonte: IBGE, 2026).

A predominância rural também aparece nas características construtivas e urbanísticas observadas durante as visitas técnicas. Nessas áreas, é comum encontrar habitações construídas de forma autônoma, vias não pavimentadas e uma oferta menor de serviços urbanos essenciais. A falta de infraestrutura fundamental no município, como saneamento, pavimentação e drenagem, revela processos históricos de exclusão socioespacial que impactam grupos vulneráveis, especialmente aqueles de populações quilombolas e rurais.

3.1 Histórico Quilombola

Os quilombos contemporâneos funcionam como locais de manutenção da memória coletiva, das práticas culturais e das relações comunitárias, que foram historicamente desenvolvidas como estratégias de resistência à exclusão social e racial. A comunidade Deserto Feliz é historicamente e socialmente significativa por estar relacionada à resistência e permanência das populações negras rurais no Norte Fluminense. Tal como outros territórios quilombolas no Brasil, sua origem está ligada à maneira como os descendentes de pessoas negras escravizadas ocuparam o espaço, criando suas próprias formas de organização social, cultural e territorial ao longo da história. O quilombo em questão é reconhecido como patrimônio cultural e imaterial da cidade de São Francisco de Itabapoana. Com base na Lei Municipal N° 950, sancionada em 9 de junho de 2025, de autoria do então presidente da Câmara Alexandre Barrão e aprovada pelo Poder Legislativo, além de receber a sanção da prefeita Yara Cinthia.

Seu reconhecimento territorial teve início no Incra em junho de 2007, sendo certificado pela Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2010. No ano seguinte, surgiu a Associação dos Remanescentes do Quilombo Deserto Feliz, que hoje é presidida por Walquiria Neves Cruz. A comunidade Deserto Feliz, mesmo diante das limitações estruturais e da longa falta de infraestrutura apropriada para a habitação, preserva características de um forte laço comunitário e de pertencimento ao território.

A permanência dessas populações em áreas historicamente marginalizadas contribuiu para a consolidação de desigualdades socioespaciais que ainda se refletem nas condições habitacionais observadas atualmente. Desse modo, a atuação da ATHIS no território ultrapassa a dimensão construtiva, assumindo também um papel de reconhecimento social, valorização cultural e promoção do direito à cidade e à moradia digna.

3.2 Condições Urbanas e Habitacionais

As visitas de campo permitiram identificar situações significativas de precariedade habitacional. Observou-se a predominância de moradias em condições inadequadas de conservação ou construção.

As imagens registradas (Figura 2) evidenciam edificações com sinais de desgaste estrutural, sinais de infiltrações, ausência de acabamento adequado e condições insalubres de habitabilidade. Em algumas residências foram observadas soluções improvisadas de ampliação e fechamento de ambientes, demonstrando a ausência de planejamento construtivo e limitações financeiras das famílias residentes, além da falta de acesso a recursos para mudar essa condição.



Figura 2: Residências em Deserto Feliz (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

3.3 Infraestrutura Urbana

A infraestrutura da comunidade apresenta déficits significativos relacionados aos serviços urbanos essenciais. Durante a visita técnica, foram observadas evidências da inexistência ou insuficiência de sistemas formais de coleta e tratamento de esgoto, com ocorrência de lançamento de águas servidas diretamente no solo. A Figura 3 demonstra situações de esgoto exposto e pontos de drenagem improvisados, indicando ausência de soluções sanitárias adequadas e risco à saúde pública. Também foram identificadas fossas rudimentares e sistemas improvisados de descarte de efluentes domésticos, frequentemente localizados próximos às residências. Além das questões sanitárias, verificou-se carência de infraestrutura urbana básica, como pavimentação das vias, drenagem eficiente, iluminação pública qualificada e equipamentos urbanos comunitários.



Figura 3: Falta de saneamento adequado em Deserto Feliz (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

A presença de esgoto a céu aberto, fossas rudimentares e ausência de sistemas adequados de drenagem e saneamento básico representam graves riscos sanitários, favorecendo a proliferação de insetos e vetores transmissores de doenças, além de aumentar a exposição da população a contaminações e enfermidades relacionadas à falta de infraestrutura urbana adequada. Além dos efeitos sobre a saúde física, a falta de condições adequadas de habitação fere diretamente a dignidade da moradia humana, pois o direito a uma habitação adequada não se resume a ter um abrigo físico, mas a ter acesso a condições mínimas de salubridade, segurança, conforto, privacidade e

disponibilidade dos serviços necessários.

3.4 Aspectos Sociais e Culturais

Deserto Feliz tem uma forte ligação entre as pessoas e o lugar onde vivem. É como se todos se conhecessem e se ajudassem mutuamente. Durante o trabalho de campo, percebemos que as famílias estão muito próximas umas das outras e que todos se conhecem bem. Essa característica tornou-se evidente durante a elaboração do mapeamento comunitário das moradias, realizado a partir do conhecimento popular dos próprios moradores, uma tecnologia social adaptada pelo Estúdio Dignifica (Figura 4). O processo de identificação das habitações ocorreu de forma colaborativa, em que os participantes demonstraram não apenas conhecimento sobre a localização de suas próprias moradias, mas também das residências vizinhas e demais famílias da comunidade.



Figura 4: Levantamento das moradias da comunidade (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

A partir de uma foto aérea impressa (Figura 5), os moradores presentes à reunião identificaram cada uma das residências localizadas na comunidade, atribuindo os nomes de seus proprietários ou habitantes Nesta oportunidade, contaram algumas informações históricas relevantes, sobre o processo de ocupação e vivência.

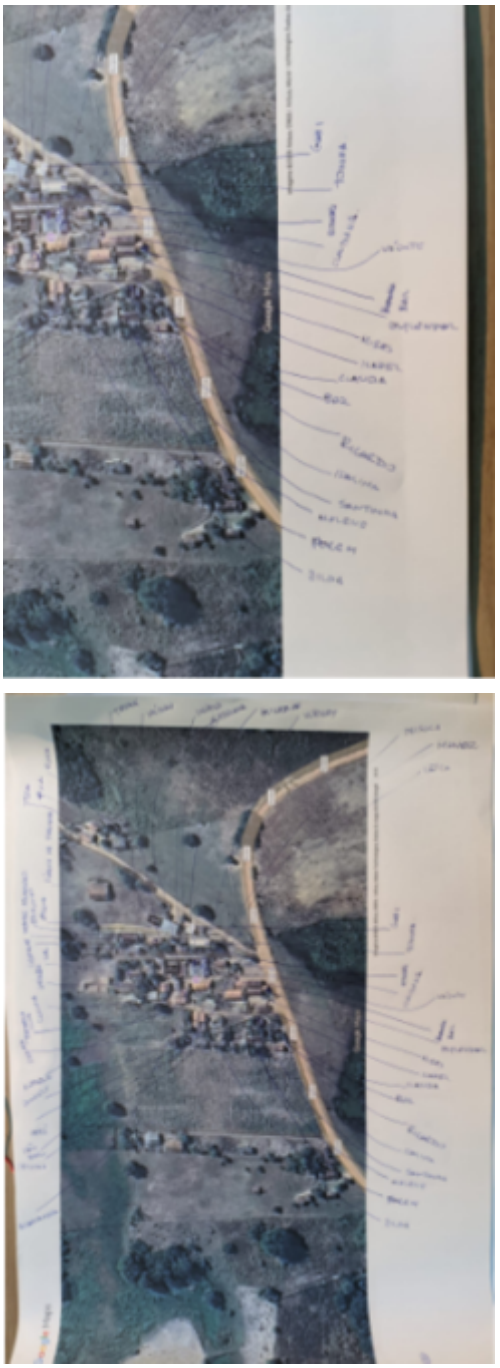


Figura 5: Rascunho do mapa colaborativo (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

Com as informações coletadas, foi elaborada a primeira versão da planta geral de Deserto Feliz, que será utilizada para o planejamento das próximas etapas (Figura 6).

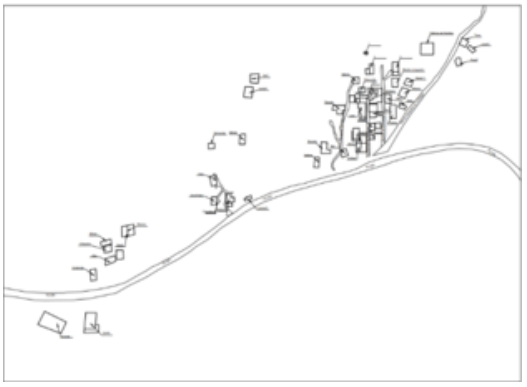


Figura 6: Planta geral da comunidade quilombola Deserto Feliz (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

Essa dinâmica mostra que a comunidade tem uma forte conexão com o território e uma memória coletiva. O território não é apenas um lugar físico, mas também tem um significado simbólico, cultural e de identidade para os moradores. Como Milton Santos afirma, "o território usado é um todo complexo onde se tecem relações complementares e conflitantes". Isso significa que o espaço é resultado das relações sociais construídas coletivamente pelos moradores. Do ponto de vista metodológico, o mapeamento participativo foi uma ferramenta importante para entender o território e diagnosticar as necessidades da comunidade. Isso valorizou os saberes locais e fez com que a população se sentisse parte ativa no processo de leitura e compreensão do espaço urbano e habitacional. Essa abordagem se aproxima das ideias de Paulo Freire, que defende a participação popular e o diálogo como fundamentais para a construção coletiva do conhecimento e da transformação social. Valorizar o conhecimento da comunidade reforça princípios importantes da ATHIS, como a participação popular, a inclusão social e a construção coletiva de

propostas de intervenção urbana e habitacional.

4. Levantamento Técnico Habitacional

O diagnóstico construtivo na comunidade Quilombola de Deserto Feliz foi realizado por meio de visitas técnicas ao local, nas quais foi possível a observação e uma análise prévia das condições em que se encontram as habitações e parte da infraestrutura da comunidade. Também foram realizados registros fotográficos e entrevistas com os moradores da localidade, possibilitando a identificação dos indicadores de maior relevância e urgência.

4.1 Análise de Condições Estruturais e Salubridade

A análise construtiva realizada na comunidade permitiu identificar diversas patologias e problemas relacionados às condições de habitabilidade das residências. O levantamento foi desenvolvido por meio da aplicação de questionários (Figura 7) junto aos moradores, possibilitando compreender, a partir da percepção dos próprios usuários, as principais dificuldades presentes nas habitações e os impactos dessas condições na saúde e na qualidade de vida da população. A análise de salubridade consiste na avaliação das condições ambientais e construtivas das habitações, considerando aspectos relacionados à higiene, conforto, ventilação, umidade, saneamento e saúde dos moradores, visando identificar fatores que possam comprometer a qualidade de vida e o bem-estar da população.



Figura 7: Formulário aplicado aos moradores (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

O levantamento também evidenciou uma importante relação entre as condições habitacionais e os problemas de saúde relatados pelos moradores (Figura 8). Conforme Maricato (2023), a precariedade da moradia está diretamente ligada à precariedade urbana, à ausência de infraestrutura e à exclusão social. Grande parte das pessoas que afirmaram possuir um ou mais problemas construtivos em suas residências também relatou a ocorrência de doenças e complicações de saúde, como asma, doenças de pele, rinite, sinusite, tétano, leptospirose e aspergilose. Entre as enfermidades mais frequentes, destacaram-se os casos de asma, doenças dermatológicas e rinite/sinusite, problemas frequentemente associados à exposição contínua à umidade, ao mofo e à baixa qualidade ambiental das moradias.

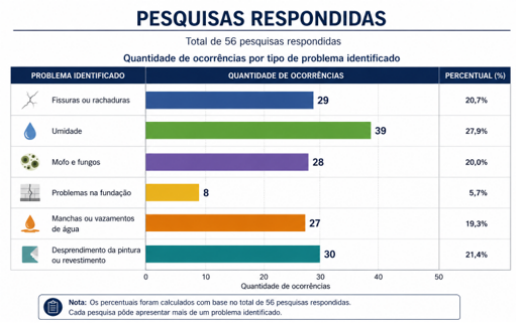


Figura 8: Resultado da aplicação do questionário de inadequações habitacionais e saúde (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

Esse cenário reforça a compreensão de que a habitação inadequada ultrapassa questões exclusivamente físicas ou construtivas, configurando-se também como um problema de saúde pública.

5. Estufa Comunitária

Durante as visitas técnicas realizadas na comunidade quilombola, foi apresentada à equipe a implantação de uma horta comunitária em regime de cultivo protegido, desenvolvida por meio de uma estufa vinculada a um programa de agricultura social (Figura 9). Entretanto, por meio de relatos dos moradores, foi possível perceber que a estrutura da estufa apresentava problemas relacionados ao conforto térmico interno, principalmente em períodos de maior incidência solar. As altas temperaturas comprometem o desenvolvimento da horta e dificultar a utilização adequada do espaço. Com essa problemática, no escopo deste projeto foram desenvolvidos estudos voltados à melhoria das condições ambientais da estufa, buscando soluções simples, acessíveis e compatíveis com a realidade local.

Como parte das ações executadas, foi realizado um estudo da trajetória solar na área ao longo do ano, permitindo compreender os impactos da radiação solar sobre a estrutura. A partir dessa análise, foram propostas intervenções voltadas à redução do calor interno, como a elevação da tela metálica da estufa para favorecer a ventilação natural cruzada e a implantação de estruturas externas de sombreamento.

Para a execução dessas soluções, foi proposta a utilização do bambu como material estrutural, devido ao seu baixo custo, caráter sustentável e propriedades de conforto térmico. A proposta prevê a construção de estruturas montadas por amarrações e a utilização de esteiras de bambu entrelaçadas, permitindo a filtragem da luz solar e a redução da carga térmica no ambiente. Além de melhorar as condições da estufa, a intervenção também busca criar um espaço de convivência comunitária para os moradores e alunos da escola local, reforçando o caráter social, educativo e sustentável da iniciativa.



Figura 9: Estufa comunitária (Fonte: Arquivo Estúdio Dignifica, 2026).

6. Resultados e Discussão

A compreensão das condições presentes na comunidade permitiu identificar diferentes problemáticas que afetam diretamente o cotidiano dos moradores e as condições de habitabilidade do local. Entre os principais aspectos observados,estão questões relacionadas a problemas construtivos das residências e à precariedade do saneamento básico, fatores que contribuem para o agravamento das vulnerabilidades sociais, ambientais e de saúde pública presentes no território.

Entre os problemas construtivos com maior recorrência apontados pelos moradores, destacaram-se a presença de fissuras e rachaduras nas paredes, umidade excessiva, ocorrência de mofo e fungos, desprendimento de pintura e revestimentos, manchas e vazamentos de água, além de problemas relacionados às fundações das edificações. A presença constante de umidade e infiltrações demonstrou ser uma das principais problemáticas observadas nas residências analisadas. Essas condições favorecem o aparecimento de fungos e mofos, comprometendo a salubridade dos ambientes internos e impactando diretamente o bem-estar dos moradores.

Observou-se que o abastecimento de água da comunidade ocorre de forma precária, sendo realizado por meio de uma caixa d'água coletiva que, segundo relatos e análises iniciais, apresenta contaminação. Essa situação representa um grave risco sanitário para os moradores. Além da precariedade no abastecimento de água, a ausência de rede de esgoto evidencia a exclusão histórica dessas comunidades em relação às políticas públicas de infraestrutura urbana e saneamento básico. Em muitos casos, os resíduos são descartados de maneira inadequada, o que pode ocasionar a contaminação do solo, das águas subterrâneas e do ambiente ao redor das residências.

A inexistência de sistemas adequados de tratamento e distribuição de água expõe a comunidade à ocorrência de doenças, além de reforçar a vulnerabilidade social e ambiental e reforça a necessidade do desenvolvimento de soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com a realidade socioeconômica da comunidade, considerando tecnologias sociais capazes de atender às

limitações estruturais existentes e fortalecer a autonomia local.

Este projeto buscou contribuir para as discussões iniciais e a proposição de alternativas voltadas à melhoria das condições de saneamento e abastecimento de água na comunidade quilombola, articulando pesquisa, extensão e participação comunitária. As propostas futuras incluem o desenvolvimento de soluções simples, de baixo custo e passíveis de manutenção local, promovendo não apenas melhorias na infraestrutura, mas também impactos positivos na saúde, na qualidade de vida e no fortalecimento social da comunidade.

A aproximação com os moradores possibilitou importantes trocas de experiências e identificação das demandas, soluções coletivas requerem diálogo constante, escuta ativa e processos participativos permanentes, fatores que demandam tempo e continuidade das ações.

No âmbito acadêmico e extensionista, o projeto foi apresentado na XVII Mostra de Extensão UENF, UFF e IFF e IX Mostra da UFRRJ, realizada no período de 13 a 16 de outubro de 2025, obtendo primeiro lugar na área temática “Direitos Humanos e Justiça”, reconhecimento que evidencia a relevância social, técnica e acadêmica do trabalho desenvolvido.

As ações desenvolvidas pelo projeto apresentam importantes contribuições sociais, especialmente no que se refere ao fortalecimento do direito à moradia digna, à melhoria das condições de habitabilidade e à aproximação entre a comunidade e a assistência técnica em arquitetura e urbanismo. A iniciativa busca aplicar metodologias adaptadas de projetos arquitetônicos voltados à habitação de interesse social, utilizando tecnologias sociais desenvolvidas pelo Estúdio Dignifica em um processo piloto de implementação de um posto de atendimento em Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), conforme previsto na Lei Federal nº 11.888/2008. Ressalta-se que a criação de um regimento interno e de metodologias adaptadas fortaleceu a estrutura técnica e institucional do projeto, permitindo que as ações sejam continuadas e replicadas em outras comunidades.

6.1. Contribuições Sociais da Iniciativa

Ao atuar na comunidade quilombola Deserto Feliz, percebemos que a ATHIS é essencial para entender as necessidades reais da comunidade. Isso só foi possível através de metodologias participativas e da escuta qualificada, permitindo que os moradores se tornassem participantes ativos na construção das soluções propostas. Assim, a experiência reafirma a importância de práticas que levam em conta a realidade social e que permitem que as pessoas sejam ouvidas e atuem como participantes ativas. Nesse contexto, o projeto contribui diretamente para a ampliação do acesso da população em situação de vulnerabilidade a informações e orientações relacionadas à moradia adequada, promovendo discussões sobre salubridade, conforto ambiental, segurança estrutural e qualidade de vida. Ao abordar a relação entre saúde e habitação, as ações extensionistas possibilitam maior conscientização sobre a importância de espaços

adequados para o bem-estar dos moradores, reforçando a habitação como um direito fundamental e um elemento essencial para a dignidade humana.

Além disso, a iniciativa também possui importante papel educativo e social ao promover debates sobre direito à cidade, moradia digna e Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), utilizando materiais acessíveis e linguagem adequada ao público atendido. Dessa forma, o projeto contribui para democratizar informações que muitas vezes não chegam às comunidades em situação de vulnerabilidade, fortalecendo o conhecimento da população acerca de seus direitos e ampliando sua participação nos processos relacionados ao espaço urbano e às condições de moradia.

As contribuições sociais do projeto também são de grande valia na integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo experiências práticas para estudantes da área de arquitetura e urbanismo e aproximando a formação acadêmica das realidades sociais presentes nas comunidades atendidas. Além dos impactos sociais, o projeto proporcionou um significativo amadurecimento acadêmico, técnico e profissional à equipe envolvida. Essa vivência contribui para uma formação profissional mais humanizada, crítica e comprometida com as demandas sociais, ao mesmo tempo em que potencializa as ações extensionistas desenvolvidas pelo Instituto Federal Fluminense.

6.2. Limitações e Desafios na Implementação

O desenvolvimento das atividades do projeto apresentou algumas limitações e desafios relacionados tanto às condições estruturais quanto às particularidades sociais e territoriais da comunidade atendida. Entre os principais desafios identificados, destaca-se a necessidade de adaptação das propostas às condições econômicas e à realidade local, considerando a busca por soluções acessíveis, de baixo custo e compatíveis com os recursos e mão de obra disponíveis para a comunidade. Essa condição exige que as intervenções sejam planejadas de forma cuidadosa, conciliando viabilidade técnica, funcionalidade e impacto social.

Outro aspecto relevante refere-se às dificuldades associadas ao levantamento de informações e ao diagnóstico das demandas locais, especialmente em áreas que apresentam carência de infraestrutura urbana e limitações de acesso a dados técnicos atualizados. Foi necessário realizar levantamentos iniciais para compreender as características territoriais, ambientais e sociais da comunidade, o que demandou maior tempo de planejamento e organização das ações extensionistas.

A necessidade de criar intervenções simples, eficientes e de rápida execução, sem comprometer a funcionalidade do espaço, representou um desafio técnico para a equipe do projeto. Além das limitações estruturais, é necessário fortalecer continuamente a participação comunitária ao longo do processo.

Outro desafio significativo a ser citado trata-se da ampliação e consolidação das parcerias

institucionais necessárias para garantir suporte técnico, operacional e financeiro às atividades desenvolvidas. A efetivação de ações voltadas à Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) depende da articulação entre instituições de ensino, órgãos públicos e movimentos sociais, sendo fundamental fortalecer essas redes de cooperação para assegurar maior alcance e continuidade das iniciativas propostas.

7. Considerações Finais

É importante ressaltar que apesar das dificuldades encontradas, os desafios identificados contribuíram para ampliar a compreensão da equipe do projeto sobre as necessidades da comunidade e sobre a importância de desenvolver soluções socialmente adequadas, participativas e compatíveis com a realidade local. Dessa forma, as limitações que foram observadas também são oportunidades de aprendizado e aprimoramento das práticas extensionistas e das metodologias aplicadas pelo projeto.

O projeto também reforça a contribuição da ATHIS para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente o ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao promover o acesso à moradia digna e à melhoria das condições urbanas, mas também dialogando com o ODS 3: Saúde e Bem-Estar, e o ODS 10: Redução das Desigualdades. Dessa forma, evidencia-se que a habitação adequada não se limita à construção física da moradia, mas impacta diretamente aspectos sociais, econômicos, ambientais e humanos.

Assim, o trabalho desenvolvido evidencia que pensar arquitetura é, sobretudo, pensar pessoas, territórios e formas mais justas, humanas e sustentáveis de habitar o mundo.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Coletânea Melhoria Habitacional Sustentável. Brasília, DF: Ministério das Cidades, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/melhoria-habitacional. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Ação integrada de políticas públicas chega ao Quilombo Deserto Feliz, em São Francisco do Itabapoana (RJ). Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/acao-integrada-de-politicas-publicas-chega-ao-quilombo-deserto-feliz-em-sao-francisco-do-itabapoana-rj. Acesso em: 27 maio 2026.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). **Cartilha ATHIS**. Brasília: CAU/BR, 2018. Disponível em: https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/nova-cartilha.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). **Moradia digna**. Disponível em:https://caubr.gov.br/moradiadigna/?page_id=279. Acesso em: 27 maio 2026.

GEOPARQUE COSTÕES E LAGUNAS. São Francisco de Itabapoana. Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://www.geoparquecostoeselagunas.com/sao-francisco-de-itabapoana/. Acesso em: 27 maio 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São Francisco de Itabapoana**: histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-francisco-de-itabapoana/historico. Acesso em: 27 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 26 maio 2026.

Prefeitura Municipal de São Francisco de Itabapoana. **Lei Complementar Municipal n° 005/2019**: institui o Plano Diretor do Município de São Francisco de Itabapoana, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências. 2019.